



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA**

GUSTAVO FORNAZIERI

**COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS:
O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS**

ERECHIM

2017

GUSTAVO FORNAZIERI

**COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS:
O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obter o título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. MSc. Ulisses Pereira de Mello

ERECHIM – RS

2017

Fornazieri, Gustavo

Comercialização de produtos agroecológicos: O caso dos agricultores familiares no município de Aratiba/RS./ Gustavo Fornazieri. -- 2017.

43 f.:il.

Orientador: Professor MSc. Ulisses Pereira de Mello.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia , Erechim, RS , 2017.

1. Introdução. 2. Referencial Teórico. 3. Metodologia. 4. Resultados e Discussão. 5. Considerações Finais. I. Mello, Professor MSc. Ulisses Pereira de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RESUMO

A crescente demanda por produtos agroecológicos nos diferentes tipos de mercados tem ganhado grande ênfase nos últimos anos, a inserção de alimentos livres de agrotóxicos e outros contaminantes visa atender a nichos de mercado específicos e segmentados. Atentos a isto os agricultores agroecológicos propõem-se a comercializar a produção por diferentes canais de escoamento para garantir sua renda. Neste contexto, este trabalho analisou a produção e as formas de comercialização dos produtos agroecológicos no município de Aratiba/RS, por meio de agricultores com propriedades e produção na base agroecológica. Foram realizadas entrevistas com 15 famílias da agricultura familiar. Verificou-se que a fruticultura é a atividade mais difundida dentro dos princípios da Agroecologia, e existem aproximadamente 50 famílias que produzem de forma agroecológica no município. Destas, há famílias com produção certificada, que comercializam os produtos para o Circuito da Rede Ecovida, famílias em conversão do modelo convencional para o agroecológico e famílias que produzem agroecologicamente e a venda é realizada de forma direta para os consumidores, principalmente entregando o produto a domicílio e de forma indireta comercializando pequenas quantidades para uma fruteira e um pequeno mercado de produtos da Agricultura Familiar. O município não possui feiras orgânicas e os varejistas da cidade não compram produtos dos agricultores, dificultando a comercialização da produção. Um dos caminhos possíveis para aumentar a demanda dos produtos é implementar uma feira de produtos agroecológicos na cidade com o apoio da administração do município, e fazer campanhas de conscientização e incentivo ao consumo de alimentos sem agrotóxicos para a população. A tendência é que os agricultores inseridos neste sistema busquem a certificação agroecológica da produção ou se vinculem a uma organização de controle social (OCS), para ganharem competitividade no mercado existente, com produtos diferenciados de alta qualidade e garantia de procedência, possuindo o desafio de se produzir alimentos em regularidade, em quantidade necessária e com preço acessível para a população.

Palavras chaves: Produtos agroecológicos. Agricultura familiar. Agroecologia. Mercado local. Certificação participativa.

ABSTRACT

The growing demand for agroecological products in different types of markets has gained great emphasis in recent years, the insertion of food free of pesticides and other contaminants aims to serve specific and segmented market niches. Attentive to this the agro-ecological farmers propose to commercialize the production by different channels of flow to guarantee their income. In this context, this work analyzed the production and the forms of commercialization of the agroecological products in the municipality of Aratiba / RS, through farmers with properties and production in the agroecological base. Interviews were conducted with 15 families from family farms. It has been verified that fruit growing is the most widespread activity within the principles of Agroecology, and there are approximately 50 families that produce in an agroecological way in the municipality. Of these, there are families with certified production, who market the products for the Ecovida Network Circuit, families in conversion from the conventional model to the agroecological one and families that produce and sell directly to the consumers, mainly delivering the product at home and of form selling small quantities to a fruit tree and a small market of Family Agriculture products. The municipality does not have organic fairs and the retailers of the city do not buy products from farmers, making it difficult to commercialize the production. One of the possible ways to increase the demand for the products is to implement an agro-ecological product fair in the city with the support of the municipality's administration, and to make awareness campaigns and encourage the consumption of food without pesticides for the population. The tendency is for the farmers included in this system to seek agroecological certification of production or to join a social control organization (OCS), to gain competitiveness in the existing market, with differentiated products of high quality and guarantee of origin, having the challenge of if it produces food in regularity, in quantity necessary and with affordable price for the population.

Keywords: Agroecological products. Family farming. Agroecology. Local market. Participatory certification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Principais problemas relacionados à produção agroecológica enfrentados pelos agricultores no município de Aratiba/RS.	24
Figura 2: Principais razões que os agricultores apresentam para produzir alimentos agroecológicos no município de Aratiba/RS	26
Figura 3: Tempo médio na produção agroecológica dos agricultores no município de Aratiba/RS	27
Figura 4: Grupo de produtos comercializados, produzidos dentro da propriedade dos agricultores agroecológicos do município de Aratiba/RS	29
Figura 5: Principais meios de comercialização de produtos agroecológicos	32
Figura 6: Fluxograma da comercialização direta.	33
Figura 7: Fluxograma da comercialização indireta.	34
Figura 8: Renda obtida com a comercialização dos produtos agroecológicos no conjunto do orçamento familiar anual.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de famílias com produção agroecológica no município de Aratiba/RS em 2017.....	22
Tabela 2: Utilização média das terras nas unidades de produção agroecológica no município de Aratiba/RS.	22

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	JUSTIFICATIVA	10
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1.	Objetivo geral	11
1.2.2.	Objetivos específicos	11
1.3	LOCAL DA PESQUISA	11
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1.	CONCEITOS BÁSICOS DE AGROECOLOGIA.....	13
2.2.	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS	15
2.3.	COMERCIALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	17
3.	A PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1.	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO.....	22
4.2.	ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS.....	28
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
	ANEXOS	43

1. INTRODUÇÃO

A insustentabilidade causada pelo modelo conservacionista, que privilegia a indiscriminada aplicação de fertilizantes químicos e agrotóxicos, a intensa mecanização do solo, o ciclo vicioso das monoculturas, vem sendo questionada em relação à qualidade do alimento ofertado a população. Neste contexto surge com grande ênfase à adoção de um novo modelo de desenvolvimento que assegure novas formas de produção mais sustentáveis. (GLIESSMAN, 2005).

A Agroecologia trata-se de uma nova abordagem que integra princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, à compreensão dos efeitos causados pelo desenvolvimento econômico sobre os sistemas agrícola e social. Apesar dos inúmeros esforços para um desenvolvimento mais sustentável, ainda ocorrem problemas relacionados à utilização ilimitada dos recursos da biodiversidade, causando esgotamento e degradação dos mesmos. (ALTIERI, 2012).

Desde a Primeira Guerra Mundial quando foi possível perceber que um país poderia dominar o outro, controlando o seu fornecimento de alimento, há preocupações relacionadas a questões de segurança e soberania alimentar. Recentemente com a associação das crises alimentar, econômica e ambiental, reacendeu-se estas preocupações relativas à segurança alimentar, não somente com a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequada, mas também com suas formas de distribuição e comercialização.

Estas preocupações tem levado a agricultores promover mudanças significativas em seu modelo de produção e consumo alimentar. Esta mudança esta relacionada ao crescimento de propriedades em base ecológica, seguindo princípios da Agroecologia. A forma como tem se difundido, chama a atenção na importância de poder reestruturar as práticas agrícolas e a forma de distribuição, questões centrais na face da soberania e segurança alimentar. (ALTIERI, 2004).

Na prática, hoje a Agroecologia representa um modelo viável de produção, no qual se pode fazer varias ligações com o agroecossistema, e que atende as necessidades de produtividade, rentabilidade e qualidade do produto, considerando princípios sociais, ambientais e econômicos. Nesta lógica, a agricultura familiar se adapta às características da Agroecologia, em geral porque a área de plantio é menor, por ter diversidade e ser autossustentável, e principalmente por ter mão de obra própria para o manejo das atividades. (SILVA, 2014).

A agricultura familiar tem função importante no abastecimento interno de alimentos, desempenhando papel fundamental na economia do país. Debates acerca da produção ecologicamente correta dentro do segmento da agricultura familiar ganharam força e relevância nos últimos anos, de maneira que muitos agricultores familiares decidiram mudar para o modelo mais sustentável (SOUZA, 2008). A Agroecologia fornece estrutura metodológica para se manejar os agroecossistemas, e de se produzir inúmeros elementos dentro deles.

A competitividade do mercado de produtos agroecológicos fundamenta-se em estratégias de comercialização, na diferenciação de produtos com alto valor agregado, que atenda a nichos de mercado cada vez mais específicos e segmentados, e nos diferentes canais utilizados para a comercialização.

Aliado a estes fatores a Agroecologia tem a perspectiva de construir um novo modelo de desenvolvimento que supere o modelo da modernização da agricultura, contribuindo com mudanças no âmbito social, econômico e ambiental, possuindo uma relação mais estreita com a natureza, conciliando a produção sustentável de alimentos saudáveis, comercializando produtos baratos que possam ser acessíveis a toda população.

Neste contexto, desenvolveu-se um trabalho a campo, objetivando-se analisar a produção agroecológica, e as formas de comercialização de produtos agroecológicos no município de Aratiba/RS, por meio de agricultores familiares com propriedades na base agroecológica, como estratégia para identificar caminhos e tendências da comercialização destes produtos.

1.1 JUSTIFICATIVA

Em todo o mundo, a recente conjunção das crises alimentar, econômica e ambiental reavivou preocupações relativas às condições de garantia da segurança alimentar e nutricional, compreendida não apenas em relação à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas também às formas de distribuição e apropriação dos mesmos. Isso tem levado diferentes grupos sociais a promover mudanças significativas nos sistemas de produção e consumo alimentar.

Uma das mudanças mais evidentes diz respeito ao crescimento das agriculturas de base ecológica, envolvendo um amplo conjunto de formas de produção que se estruturam sob a insígnia da Agroecologia. A importância que essas formas inovadoras de agricultura têm adquirido chama atenção para uma nova agenda de pesquisas relacionadas à capacidade da

Agroecologia de reestruturar as práticas agrícolas e as formas de distribuição, duas questões centrais em face das preocupações da segurança e soberania alimentar.

Trazer para o centro das discussões o conceito de Agroecologia e as formas de comercialização dos produtos é mostrar como este sistema integra os agricultores de forma com que estes sejam sujeitos centrais no processo de produção conciliando com a preservação dos recursos naturais, com uma produção sustentável sem uso de agrotóxicos, podendo assim ser passos decisivos na lógica do consumo de alimentos agroecológicos. Discutir as consequências do modelo extrativista e suas relações com o consumo dos alimentos deste sistema tem reflexos diretos na implementação de estratégias de mercados para produtos agroecológicos.

Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a discussão sobre a comercialização dos produtos agroecológicos, pela ótica dos agricultores, além de aspecto prático muito relevante, reveste-se de importância para o meio acadêmico. Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre Agroecologia pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. **Objetivo geral**

Analisar o mercado de produtos agroecológicos e as formas de distribuição.

1.2.2. **Objetivos específicos**

Analisar a produção e a comercialização de produtos agroecológicos no município de Aratiba/RS.

Analisar razões e tendências para comercialização dos produtos agroecológicos.

Levantamento do número de famílias que produzem alimentos agroecológicos.

Identificar canais de escoamento da produção e possíveis mercados consumidores locais.

1.3 LOCAL DA PESQUISA

O município de Aratiba está localizado ao Norte do estado do Rio Grande do Sul, sendo um dos municípios da Região Alto Uruguai gaúcho. Possui uma extensão territorial de 342 km². Segundo o último censo realizado pelo (IBGE, 2010), Aratiba possuía uma

população de 6.565 pessoas, com um PIB *per capita* de R\$ 82.423,11 ocupando o 8º lugar no ranking estadual de 497 municípios, e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,772, o que situa o município na faixa de Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Ainda segundo o IBGE em 2015, 79,8% do orçamento era proveniente de fontes externas, este valor elevado de fonte de renda devia-se ao fato de que o berço da Usina Hidrelétrica de Itá está situado em território aratibense, e o município por conta disto é beneficiado com *royalties* oriundos da geração de energia. O restante do montante arrecadado pelo município provem principalmente da agricultura e pecuária, e também de indústrias e fábricas situadas na cidade.

Segundo dados do (IBGE) em 2015 no município 3.252 pessoas residiam na Zona Rural, ou seja, 49,5% da população do município, sendo aproximadamente 1000 famílias no meio rural. As principais atividades agrícolas desenvolvidas no município são: Pecuária leiteira, suinocultura, avicultura, produção de grãos, fruticultura, reflorestamento e pecuária de corte.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONCEITOS BÁSICOS DE AGROECOLOGIA

Para Altieri (2012) Agroecologia é entendida como ciência quanto um conjunto de práticas, que promove interação entre todos componentes do agroecossistema. Segundo Caporal (2009), vulgarização do termo Agroecologia tem levado muitas pessoas a confundir o termo como um tipo de agricultura, perdendo-se o enfoque para uma agricultura sustentável e novas estratégias de desenvolvimento rural.

Para Caporal e Costabeber (2004) a Agroecologia é assumida e defendida como um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo.

Alguns autores ampliam os conceitos da Agroecologia, fugindo do pensamento cartesiano e incorporando aspectos socioeconômicos. Altieri (1998) afirma que

[...] a Agroecologia é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis. (ALTIERI, 1998. p.98).

Nos dias atuais são frequentemente encontrados equívocos na literatura quando tratado a Agroecologia como uma agricultura alternativa (orgânica, ecológica, permacultura, biológica, natural, biodinâmica, etc.), existe uma complexidade de processos socioculturais, econômicos e ecológicos, que necessitam ser enfrentados na dinâmica da transição agroecológica. (CAPORAL, 2009).

Com base nos conceitos e referências, o adjetivo agroecológico expressa com mais exatidão a opção de ter princípios ecológicos como norteadores de ação, sendo o objetivo final são atingir 100% da produção agroecológica, trazendo mais responsabilidades para quem adota o termo. (BUCHWEITZ, 2003).

Para Buchweitz (2003) o termo orgânico ou produto orgânico caracteriza o processo de produção sem o uso de agrotóxicos ou insumos químicos, podendo ser a produção oriunda de propriedades que estão em um estágio inicial do processo de conversão agroecológica. Os termos agricultura orgânica e produtor orgânico carregam menor responsabilidade, preocupação e compromisso com princípios ecológicos na sua globalidade, sendo que na

construção do sistema agroecológico a produção orgânica pode estar presente em parte do processo, mas de forma alguma é o ponto de chegada.

A agricultura orgânica, por exemplo, tem suas origens voltadas a uma prática sustentável com menor agressão ao meio ambiente, quando comparada a Agroecologia se apresenta como uma prática agrícola semelhante à forma de produção. Entretanto, dentro desta lógica pode-se afirmar ainda, que todo produto agroecológico é orgânico, mas nem todo produto orgânico é agroecológico (SILVA, 2014).

Para Altieri e Nicholls (2003) a principal estratégia agroecológica para mover os agricultores para além da agricultura orgânica reside em explorar o sinergismo que resulta do uso de várias combinações dos elementos no agroecossistemas. Em situações reais, a exploração destas interações envolve o uso de sistemas de manejo agrícola e requer o entendimento de inúmeros relacionamentos entre solos, micro-organismos, plantas, insetos e inimigos naturais. Entretanto, tais modificações não são suficientes para se atingir a sustentabilidade, pois se sabe que o bem-estar de uma comunidade e a segurança alimentar são muito mais complexos e determinados por fatores econômicos, sociais e políticos.

A Agroecologia se apresenta como ferramenta no processo de transição a uma agricultura de base ecológica e menos agressiva ao meio ambiente. Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura sustentável nas suas diferentes manifestações. (ALTIERI, 2002).

A redefinição de um sistema para a Agroecologia envolve a transformação da estrutura e funcionalidade dos agroecossistemas, promovendo o manejo dirigido para otimizar os processos do tipo ciclagem de nutrientes, acúmulo de matéria orgânica, controle biológico das pragas e produção equilibrada. (ALTIERI; NICHOLLS, 2003)

Para Altieri (2002) a conversão de sistema, não está ligada a fatores técnicos e sim as complicações sociais e os preconceitos políticos, que são a principal barreira para a transição de sistemas de produção com alto uso de capital e energia, para sistemas agrícolas de baixo consumo de energia e uso intensivo da mão de obra.

Segundo Neumann (1993), o ponto de partida para o processo de conversão rumo à sustentabilidade na agricultura reside no reconhecimento das diferentes racionalidades de decisões produtivas presentes na produção familiar, se é que se pretende oferecer algum aporte eficaz para enfrentar os problemas existentes na organização interna das unidades produtivas familiares.

Altieri (2004) aponta que as características da produção familiar podem perfeitamente ser associadas aos princípios básicos da Agroecologia. A importância estrutural do núcleo

familiar traz consigo pelo menos duas decorrências: a primeira é a visão sobre a preservação dos recursos naturais em uma perspectiva futura, não da próxima colheita, mas das próximas gerações. A segunda decorrência é a versatilidade para manejar os recursos agroecológicos disponíveis. Do ponto de vista produtivo, a experiência adquirida em condições limite, confere uma garantia de continuidade de reprodução econômica aos sistemas produtivos de caráter familiar.

Portanto, com a contribuição da Agroecologia, o que se busca é a construção de agriculturas sustentáveis, isto é, estilos de agricultura que:

[...] reconhecem a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, aspectos relacionados com a saúde ambiental, a justiça social e a viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações. (GLIESSMAN, 2005, p. 36).

Ou seja, estilos de agricultura capazes de preservar a base de recursos naturais necessária para as futuras gerações possam se reproduzir social e economicamente e, ao mesmo tempo, produzir alimentos saudáveis e de melhor qualidade.

2.2.COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

Conforme Neves e Castro (2003) uma das dificuldades para a produção orgânica e agroecológica é a comercialização, pois tem sido um dos aspectos de muitas controvérsias entre cooperativas de agricultores, pesquisadores e ONGs envolvidas com o movimento orgânico no Brasil.

Segundo Finatto e Corrêa (2010) para os agricultores, o principal obstáculo na comercialização da produção agroecológica é a dificuldade em ofertar produtos de qualidade, quantidade e periodicidade demandadas por grandes varejistas, prejudicando-o na concorrência. Para Medeiros e Marques (2013) permanecer ou não produzindo sob os sistemas de base ecológica, para os agricultores familiares, está fortemente relacionado à viabilidade de comercialização de seus produtos. Na maioria dos casos de desistência ou retorno para o sistema de produção convencional, a principal causa constatada é a dificuldade em manter níveis de renda adequados.

Para Marques e Aguiar (1993) a comercialização ocorre em um local denominado mercado, que é o local onde operam as forças de oferta e demanda e ocorrem as transferências de bens e serviços em troca de dinheiro. O mercado em geral está no singular e aparece quase sempre associado a dois fenômenos sociais muito presentes na vida das pessoas, que são a

concorrência/competição e o sistema de preços que lhe corresponde. O que torna o mercado competitivo são os preços relativos dos produtos (SCHNEIDER, 2016).

Para Schneider (2016) a relação dos mercados com o agricultor familiar privilegia a oferta, tendo enfoque quando os resultados da produção são comercializados ou trocados, especialmente quando o agricultor não apenas produz para seu próprio consumo. O autor destaca diferentes possibilidades de escoamento da produção: por meio de relações diretas, para intermediários ou atravessadores, por agroindústrias de integração, por meio da venda para mercados governamentais, e para mercados que exigem requisitos específicos da natureza dos produtos ou forma de produção.

A maioria dos produtores de base ecológica no Brasil, com bons resultados de comercialização em circuitos curtos tem utilizado pelo menos dois canais de venda (feiras e programas de governo), mas há uma gama de alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda (NIEDERLE et al., 2013).

Conforme Silva (2014) de um modo geral a comercialização da produção agroecológica em feiras livres, demonstra-se menos complexa e vantajosa tanto para o agricultor quanto para os consumidores.

O modelo de comercialização em rede que inovou na venda de produtos agroecológicos na Região Sul está sendo operacionalizada pelo circuito de comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A forma inovadora em estrutura e dinâmica possibilitou a Rede Ecovida relações mais estreitas com mercados e criou um circuito de comercialização, trocando produtos entre seus núcleos regionais, com resultados comerciais promissores. (ROVER, 2011).

Segundo Magnanti (2008) para poder comercializar produtos pelo Circuito da Rede Ecovida é necessário seguir alguns princípios: os produtos comercializados pelo circuito têm de ser agroecológicos com certificação participativa da Rede Ecovida; qualquer organização para participar do circuito deve fazer parte da Rede Ecovida; e quem vende deve também comprar produtos dos demais produtores (intercâmbio e circulação de produtos).

Os circuitos curtos permitem uma melhor remuneração do produtor, preços mais justos ao consumidor, aproveitamento da produção local, geração de empregos e dinamização da economia local. Além disso, comprar em circuitos curtos reduz o impacto ambiental pela redução de embalagens (plásticas), pelo menor gasto energético com transporte, além de permitir a obtenção de um preço mais justo para a mercadoria. (NIEDERLE et al., 2013).

Outro caminho para a comercialização de produtos agroecológicos é o mercado institucional, é uma venda direta pelo governo brasileiro que atende a um consumidor coletivo

dentro de um circuito. Assim, por meio de programas de governo, os alimentos de base ecológica são comprados diretamente dos agricultores familiares ou das associações e cooperativas de produtores e chegam até a população via entidades de assistência social do governo e escolas públicas. (VOGT, 2009).

Segundo Müller (2007), nos últimos anos, no Brasil, dois programas que se inserem nas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional, se destacaram na compra de produtos de base ecológica: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para Sabourin (2009) o apoio ao desenvolvimento rural é crucial, e uma das chaves consiste em identificar e qualificar diferentes sistemas de produção e abastecimento, bem como as relações sociais envolvidas em determinados processos do trabalho agrícola. No Brasil, as feiras locais e o mercado institucional proporcionam exemplos de mercados que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociedade por meio das relações diretas entre produtores e consumidores. Fato que diferencia esses mercados dos mercados conduzidos em sistemas oligopolizados e centralizados de comercialização.

Apesar de esses mercados serem vias muito significativas para a reprodução econômica de algumas famílias vinculadas à produção agrícola de base ecológica, eles ainda são pouco ampliados, possuindo restrições com relação ao número de agricultores envolvidos, e limitações de funcionamento, como momentos de baixa rentabilidade, que podem fazer com que o agricultor tenha consideráveis prejuízos, o que evidencia a necessidade de adaptações e reconstruções desses mercados, assim como o estabelecimento de novos e seguros espaços de comercialização para esses agricultores. (MEDEIROS; MARQUES, 2013).

2.3.COMERCIALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

Para Niederle et al., (2013) os agricultores que desejam entrar no sistema de produção agroecológico são necessárias algumas conformidades como: a busca de informação e treinamento dos envolvidos na produção; adequação à legislação de orgânicos; redesenho do sistema de produção de acordo com os canais de comercialização. Ao atingir a transição, que ocorre normalmente num prazo de dois a quatro anos, os agricultores agregam valor à propriedade e são mais reconhecidos pelo trabalho efetuado. Ainda segundo os autores, para atender à diversidade, regularidade e quantidade de produtos, é importante os agricultores se organizarem de forma coletiva como cooperativas e circuitos de comercialização em rede, para facilitar o intercâmbio de produtos.

Como existe um mercado de comercialização de produtos orgânicos legalmente definido, muitos agricultores procuram atender as exigências mínimas da legislação para obter a certificação da produção, sem se preocupar com a sustentabilidade de sistema, o que alguns autores colocam como substituição de insumos da agricultura orgânica. Entretanto, quando o agricultor estiver entrando em um sistema agroecológico é preciso ir além da simples substituição dos insumos, incorporando os princípios da Agroecologia dentro da propriedade (FEIDEN; BORSATO, 2011).

O crescimento agroecológico e a necessidade de melhor inserção da produção no mercado fez surgir os processos de certificação de produtos agroecológicos, que hoje é uma importante estratégia de comercialização. Basicamente a certificação parte do pressuposto lógico de que o consumidor tem direito à garantia da qualidade do produto que adquire, tais como procedência, insumos utilizados, etc. (SILVA, 2014).

Segundo Paschoal (1994), o processo de certificação das atividades agrícolas é desenvolvido de modo que as certificações atestam que os produtos atende aos quesitos de normas técnicas. Assim, a certificação deve atender aos interesses de produtores e consumidores dentro de um satisfatório processo de intermediação.

A certificação tem grande importância para o mercado agroecológico, além de agregar valor à produção, permite ao produtor oferecer produtos diferenciados com possibilidade de maiores lucros, representando para os consumidores, uma garantia contra possíveis fraudes. (SILVA, 2014).

Para Neves e Castro (2003) a comercialização depende e requer de estratégias de marketing específicas, pois a certificação em si não representa de forma ampla, o desenvolvimento de mercado de produtos agroecológicos. As motivações para o consumo variam conforme a região, os fatores culturais e as características dos produtos. (SILVA, 2014).

Para ser considerado um agricultor agroecológico, é necessário se adequar algumas normas impostas pela legislação, portanto, a Agroecologia é definida como um sistema de produção que não permite o uso de "agrotóxicos", medicamentos químicos, hormônios sintéticos e de produtos transgênicos, restringe a utilização de adubos químicos, inclui ações de conservação dos recursos naturais e considera aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade e no trato com os animais. (KHATOUNIAN, 2001).

Segundo o Decreto nº 6.323/2007 que regulamenta a produção orgânica no Brasil, o sistema orgânico pode ser definido como:

[...] sistema orgânico de produção agropecuária: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2007, p.2).

Para Campanhola e Valarini (2001) a certificação da produção para agricultores agroecológicos visa conquistar maior credibilidade perante os consumidores e conferir maior transparência as práticas e os princípios utilizados na produção. A certificação possibilita que a comercialização atinja novos nichos de mercado, podendo os produtos que possuem o selo possam ser exportados desde que estejam credenciadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e no exterior o órgão que credencia as certificadoras é a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM).

Pela Lei nº 10.831/2003 a produção convencional pode ser realizada dentro da mesma unidade de produção em paralelo a produção agroecológica, desde que sejam utilizados mecanismos de isolamento entre as distintas produções, tais como o uso de barreiras e a não utilização de organismos geneticamente modificados.

Segundo Muñoz et al. (2016) no Brasil atualmente existem três mecanismos de certificação implementados: 1) as Organizações de Controle Social (OCS) para a venda direta dos agricultores familiares, este mecanismo está disposto para os pequenos produtores, que pode aplicar-se partindo de fiscalizações entre os mesmos produtores de uma região. 2) os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC) que são redes socioparticipativas em que a certificação dos produtores é baseada na ativa participação dos atores envolvidos, e os sistemas são construídos fundamentando-se na confiança, em redes sociais e na troca de conhecimento. 3) as Certificadoras por Auditoria que desenvolvem-se a partir das leis nacionais, mas implica custo elevado que vai depender de vários fatores como a taxa de inscrição, o tamanho da área que vai ser certificada, a elaboração de relatórios, a análise de laboratório de solo e a água, visitas de inspeção e o acompanhamento e emissão do certificado.

Os agricultores pesquisados fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia, rede fundada em 1998 e que atualmente articula mais de 2.300 agricultores (MAPA, 2017), com grande atuação na Região Sul. Para Magnanti (2008) a Rede Ecovida é inovadora em dois aspectos sociais: o primeiro na proposta de rede social, construindo uma rede multidirecional, com um processo decisório horizontalizado e descentralizado e; segundo, na sua forma de se relacionar com o mercado, inicialmente construindo a comercialização a nível local e regional, e recentemente avançando para mercados mais distantes com uma proposta de Circuito de Comercialização, o qual demonstra importantes diferenciais organizativos e econômicos.

Segundo Caldas (2017) a Rede Ecovida serve como fonte inspiradora para outros países que veem a Certificação por Auditoria como único caminho possível, e que, para os agricultores familiares, a Rede auxilia no contexto dos mercados externos, inserindo os produtos nos circuitos mercantis. Os autores ainda ressaltam que os agricultores sem certificação podem realizar a venda direta de seus produtos em feiras livres e para mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar), dispensando o uso de selo de orgânico, contando que esteja devidamente cadastrado no MAPA e vinculado a um OCS, representando desta maneira um marco brasileiro no mercado dos orgânicos.

Para Ferreira et al. (2011) a certificação pode partir da cobrança dos consumidores que exigirem a declaração de cadastro no MAPA ou o certificado de produtor orgânico. Para os autores os consumidores que compram os produtos sem certificação estão estabelecendo uma relação de confiança com o agricultor, sem saber como é realizada a produção na propriedade.

3. A PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia seguida foi a proposta por Storch et al., (2004), realizando-se um estudo de orientação analítico-descritivo com processo qualitativo e quantitativo, que descreveu a produção e a comercialização de produtos agroecológicos no município de Aratiba/RS.

A amostra foi composta por 15 famílias, entre as quais havia a) famílias certificadas agroecológicas, b) famílias que estão em processo de transição que tem interesse na certificação e, c) famílias que produzem de forma agroecológica, porém sem certificação. Os entrevistados responderam a um formulário semiestruturado composto por perguntas mistas.

Para determinar os agricultores participantes da pesquisa, foram procuradas entidades de extensão rural que trabalham com produção agroecológica e prestam assistência técnica no município. Com a colaboração do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), EMATER/RS, Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e a Secretaria de Agricultura da cidade, foram possíveis listar os agricultores do município de Aratiba que trabalham com a Agroecologia.

As questões abordadas na pesquisa contemplaram a produção e comercialização com ênfase no produto agroecológico, tais como a gama dos produtos oriundos da unidade de produção familiar para a venda, de que forma é realizada a comercialização, quais os canais de escoamento da produção e questões dirigidas especificamente à produção agroecológica.

Os dados foram coletados no período de agosto a outubro de 2017, por meio de questionário semiestruturado, pelo qual se obteve o registro das atividades realizadas pelos agricultores em suas respectivas propriedades. As informações e os dados obtidos foram organizados e analisados posteriormente na busca para compreender a complexidade da produção agroecológica e os desafios existentes no município de Aratiba na comercialização destes produtos nos mercados existentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos pela pesquisa, tornou-se possível analisar a produção agroecológica dos agricultores no município de Aratiba/RS, e caracterizar as unidades de produção familiar.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

Do levantamento realizado com a colaboração das entidades ligadas a agricultura do município foi possível constatar o número de famílias que produzem de forma agroecológica na cidade de Aratiba, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Número de famílias com produção agroecológica no município de Aratiba/RS em 2017.

Tipo de produção	Número de Famílias
Agroecológicas com certificação ativa	08
Agroecológicas sem certificação ¹	35
Em conversão agroecológica com interesse em certificação	05
Total	48

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Das famílias agroecológicas que possuem produção certificada no município de Aratiba, 100% são certificados via OPAC, todos pela Associação Ecovida de Certificação Participativa.

As propriedades dos entrevistados apresentavam área total média de 16 hectares, sendo aproximadamente 3,1 ha de produção agroecológica (Tabela 2). Os resultados expressam uma das principais características da produção agroecológica da região, que é a predominância de pequenas propriedades oriundas da agricultura familiar.

Tabela 2: Utilização média das terras nas unidades de produção agroecológica no município de Aratiba/RS.

Atividade	Área Média (ha)
Produção Agroecológica	3,1
Produção convencional	3,9
Mata nativa e reflorestamento	4,2
Pastagens	3,3
Outras	1,5
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

¹ Estimativa realizada do número de famílias que produzem de forma agroecológica, sem nenhum vínculo com entidades certificadoras.

Os resultados encontrados são semelhantes ao censo agropecuário (IBGE, 2006), no qual o Rio Grande do Sul possuía 378.546 estabelecimentos considerados da agricultura familiar, com uma área de 6.171.622 hectares, totalizando uma área média de 16,3 ha por estabelecimento.

Segundo a Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006 do (BRASIL, 2006), é considerado agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, os seguintes requisitos: não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento.

A área média observada com reservas de mata nativa ou reflorestamento foi de 4,2 ha (Tabela 2), o que pode ser adequado considerando o tamanho das propriedades, pois corresponde a 26,2% da área total, superior ao determinado pelo Código Florestal que determina a presença mínima de 20% de reserva legal florestal nas propriedades. Para (STORCH, SILVA, *et al.*, 2004) as áreas com mata são uma das contribuições positivas da agroecologia, pois servem de refugio para diversas espécies animais e vegetais, que são úteis para o equilíbrio do ecossistema.

A produção agroecológica ocupou em média quase 20% das áreas das propriedades. Se comparado com o plantio convencional, que ocupa uma área de 24,4%, o dado revela que muitos agricultores se dedicam a atividades diversificadas, tendo predominantemente dentro da propriedade áreas de produção animal, entrelaçando cultivos anuais para obtenção da sua alimentação, com a produção de grãos e pastagens.

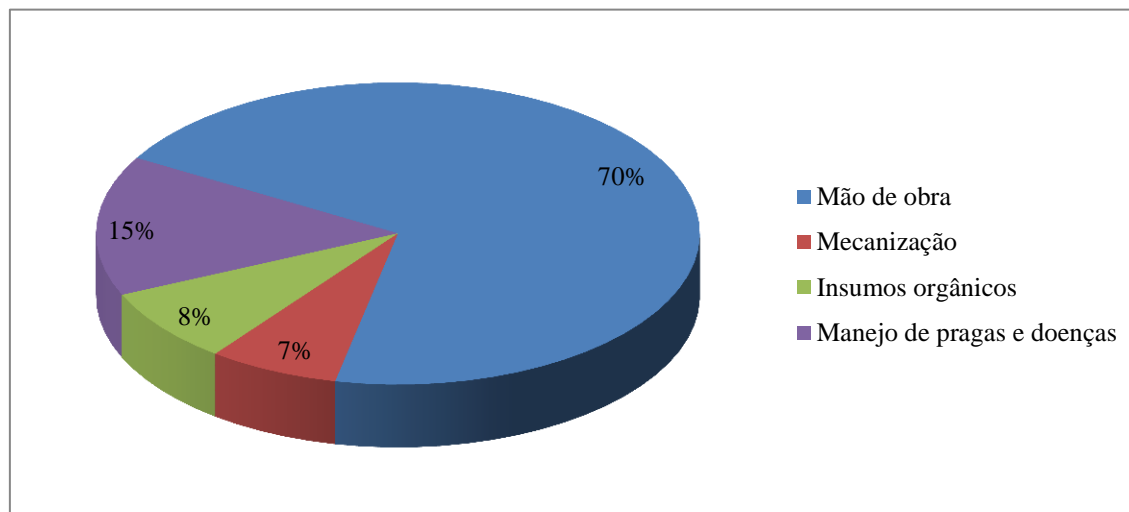
O que existe em grande parte das propriedades entrevistadas, são sistemas diferentes de produção, um agroecológico, e outro convencional vinculado à produção animal. No modelo convencional, o conflito entre animais versus lavoura está ligado diretamente à ocupação da terra. Para (KHATOUNIAN, 2001) a integração lavoura criação é defendida como medida para o aproveitamento econômico da biomassa vegetal produzida nas unidades de produção.

Segundo Fonseca (2000) a produção de animais de forma orgânica e agroecológica e pouca difundida no país, devido às diversas dificuldades enfrentadas para alimentação dos animais neste sistema em períodos prolongados de estiagem, e a falta de rações formuladas especificamente para este tipo de produção.

Em relação aos principais problemas enfrentados para a produção, a maior parte dos entrevistados, 70% (Figura 1), responderam que a principal dificuldade enfrentada é a falta de

mão de obra, aliada a não existência de sucessão familiar dentro da unidade de produção familiar.

Figura 1: Principais problemas relacionados à produção agroecológica enfrentados pelos agricultores no município de Aratiba/RS



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Segundo Porto (2002) a produção agroecológica exige maior mão de obra do que a produção realizada de forma intensiva e convencional. Para Leão *et al.* (2002) uma das alternativas que se apresenta para enfrentar o problema de mão de obra das operações agrícolas sob a forma agroecológica é a adequação da mecanização voltada para esse sistema produtivo. Dos entrevistados, 7% (Figura 1) colocaram a mecanização como fator preponderante para a produção.

O fato de o principal problema descrito ser falta de mão de obra está diretamente ligado com a idade dos agricultores e principalmente com a presença de jovens no campo que darão continuidade na produção e estão presentes ajudando nas atividades desenvolvidas pela família. Estes fatores, se não aliados, dão por consequência outro problema que vem se repetindo cada vez mais no meio rural: o êxodo rural. (FROEHLICH, et al. 2011).

Outros problemas descritos foram em relação à produção, 8% (Figura 1) ressaltaram a dificuldade em conseguir insumos orgânicos para utilizar na atividade que desenvolvem. Para Khatounian (2001) há caminhos para o manejo da fertilidade do sistema, como a ciclagem da biomassa e dos nutrientes minerais por meio da cobertura vegetal e palhada, e a utilização dos excrementos da criação de animais como fonte de adubação orgânica.

A dificuldade descrita em conseguir adubação orgânica dentro da propriedade é um desafio encontrado por muitos produtores, já que a disponibilidade de nutrientes específicos não está formulada em apenas um produto como na agricultura convencional, com a

utilização da adubação mineral solúvel. Segundo Primavesi (1987) a Agroecologia demanda diversas interações com o agroecossistema e utilização de vários elementos para constituir uma boa fertilidade do solo.

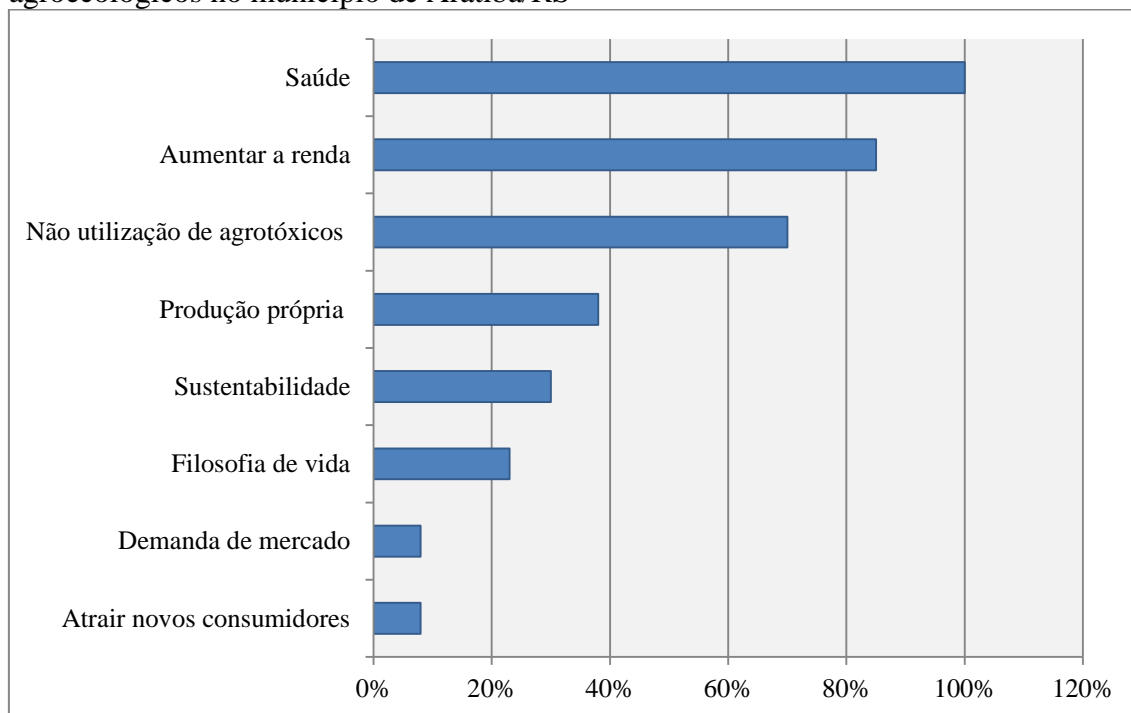
Segundo Gliessman (2005) uma das práticas mais utilizadas em Agroecologia para ajuste da fertilidade e incorporação de matéria orgânica no solo é a implantação de culturas de cobertura, tanto de forma solteira quanto em consórcios de diferentes espécies. Desta maneira a qualidade da biomassa é melhorada, podendo ser deixada na superfície como cobertura protetora até se decompor. Nas unidades de produção foi possível observar que esta prática é realizada pela maioria dos agricultores.

Outro fator relevante descritos pelos agricultores, 15% deles destacou a questão do manejo de pragas e doenças nas culturas produzidas como o segundo maior problema enfrentado para produção. Para Burg e Mayer (1999) as pragas e doenças se apresentam nas plantas quando ocorre um desequilíbrio nutricional, e ressaltam a importância do consórcio entre plantas, cultivando espécies mais atrativas para os insetos, evitando desta maneira o ataque que possam causar danos à cultura de interesse.

Quando tais técnicas não conseguem o efeito desejado, os agricultores fazem o uso de caldas e inseticidas naturais, tais como a calda sulfocálcica e a calda bordalesa, além dos óleos essenciais. Como no mercado de agroecológicos existem poucos produtos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para utilização, a saída encontrada pelos agricultores é fabricar os próprios produtos na unidade de produção, reduzindo desta maneira gastos, pois o próprio agricultor pode fazer somente a quantidade de produto que será aplicada.

Em relação às principais razões que levaram aos agricultores a produzir de forma agroecológica, 100% dos entrevistados responderam que foi para a preservação da saúde, e uma melhor qualidade de vida por consequência (Figura 2).

Figura 2: Principais razões que os agricultores apresentam para produzir alimentos agroecológicos no município de Aratiba/RS



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em seu estudo com produtores agroecológicos no Estado do Rio Grande do Sul, Storch et al., (2004) verificou que as respostas de sua pesquisa vão ao encontro da preocupação que o agricultor têm em relação aos problemas de saúde advindo a utilização de agrotóxicos. Portanto, o objetivo de preservar a saúde é uma indicação e uma tendência pela escolha de uma agricultura agroecológica.

A segunda maior razão apontada por optar pela produção agroecológica foi o acréscimo da renda oriunda deste sistema, no qual 85% dos entrevistados relataram que o sistema agroecológico é viável. Para o Instituto Biodinâmico (IBD, 2002), que realizou uma pesquisa com produtores orgânicos certificados em Botucatu/SP, 60% dos agricultores relataram que uma das razões para produzir de forma orgânica era a rentabilidade econômica que este tipo de sistema oferece.

Segundo Altieri (2002) a agricultura moderna tornou-se altamente complexa, sendo o principal foco a produtividade e a lucratividade do sistema, que muitas vezes acaba trazendo um pacote de problemas ambientais e socioeconômicos. Já a Agroecologia tem seu foco principal na sustentabilidade e preservação dos recursos naturais, adotando uma nova abordagem para o desenho dos ecossistemas.

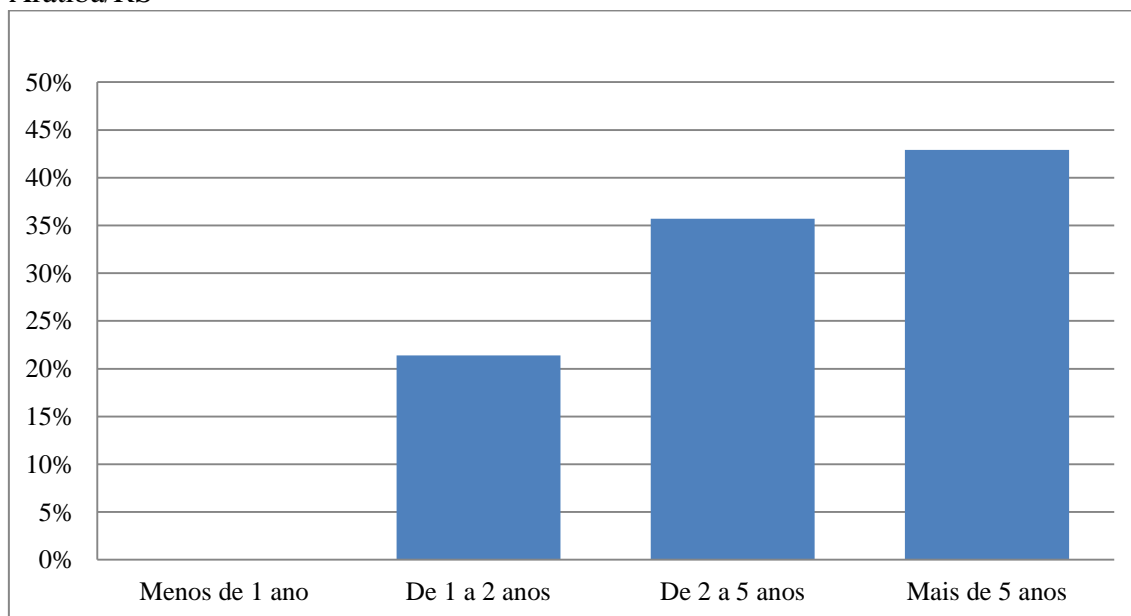
Os entrevistados ainda apontaram outras razões por optarem pela produção agroecológica que estão ligadas à Agroecologia como à sustentabilidade do agroecossistema

(30%), e como filosofia de vida (23%) (Figura 2). Outro ponto citado pelos agricultores (38%) foi o fato que já possuem produção própria na unidade, sendo esta a maior parte composta de culturas permanentes, como o citrus.

A atração de novos consumidores para o modelo de produção sustentável e a demanda de mercado, foram razões que não apresentaram muita significância para os produtores, sendo que apenas 8% colocaram estas razões como forma de produzir alimentos agroecológicos (Figura 2). No entanto, Niederle et al., (2013) evidencia que o mercado de produtos orgânicos e agroecológicos cresce em uma taxa de 15 a 20% ao ano, circulando diversos produtos por diferentes tipos de mercados, atingindo os mais variados tipos de consumidores.

No que se refere ao tempo de produção no sistema, 43% dos entrevistados produzem produtos agroecológicos a mais de cinco anos, demonstrando uma estabilidade e experiência considerável, o que consolida esta forma de produção no município (Figura 3). Este fato pode ser indicativo da sustentabilidade do sistema, que visa manter o agricultor no meio rural, reproduzindo conhecimentos e estimulando novos produtores à conversão de sistema. (ALMEIDA, 2009).

Figura 3: Tempo médio na produção agroecológica dos agricultores no município de Aratiba/RS



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Outros 36% dos agricultores estão em um período de produção entre 2 a 5 anos, demonstrando que já passaram pelo processo de transição e estão buscando o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema agroecológico. O restante dos entrevistados 21%, estão em uma

fase inicial do processo, passando pelo período de transição. Não se obteve resultados de agricultores com produção agroecológica menor que um ano.

Para Storch et al., (2004) o número de propriedades iniciantes no processo é menor, pelo fato que a conversão do modelo de produção ser complexa, muitas vezes acarretando redução na produção e produtividade, aliado ao aumento da mão de obra. Segundo Feiden e Borsato (2001) o agricultor não precisa realizar a conversão radical e imediata de toda propriedade, sendo uma estratégia mais segura uma conversão lenta e gradual, sem se preocupar com a certificação orgânica. Embora tenha a desvantagem de ser mais demorada, permite ao agricultor ir dominando as tecnologias e avançando no processo à medida que se sente seguro em adotar processos mais complexos. Outra desvantagem é não ter acesso tão rápido ao mercado certificado.

Segundo Khatounian (2001) uma propriedade pode alcançar determinados patamares durante e após a conversão, mas sempre se pode desenvolver novos aprimoramentos no sentido de torná-la mais eficiente perante a produção agrícola, na conservação ambiental e na dimensão socioeconômica.

4.2. ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS

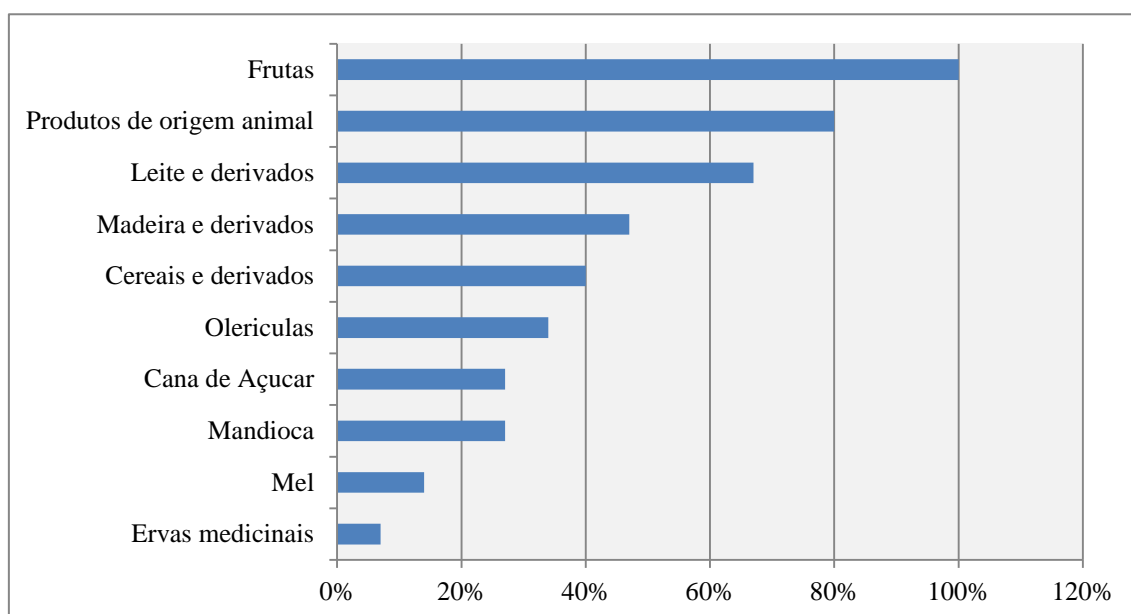
Com relação à produção das unidades, foram levantados somente os produtos que são destinados à venda. A fruticultura está presente em 100% das propriedades entrevistadas, tanto nas unidades com a produção certificada, quanto nas não certificadas e nas propriedades em transição (Figura 4), sendo a laranja, bergamota e o limão os mais importantes representantes deste grupo respectivamente.

Os resultados encontrados vão ao encontro do estudo de Oliveira, et al., (2013) que analisou propriedades agroecológicas nos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco, em que a produção agroecológica é baseada na fruticultura, sendo a laranja o principal produto, e a caracterização de unidades de produção familiar também é outro aspecto semelhante.

Para Conceição, et al., (2012) que analisou o perfil produtivo dos assentados pertencentes ao grupo de olericultura em Ladário/MS, concluiu em seu estudo que a grande maioria das famílias desenvolve mais de uma atividade na sua unidade de produção familiar, e que a diversificação da propriedade é desenvolvida para assegurar uma estabilidade financeira, que apenas uma atividade não poderia proporcionar.

A produção de produtos de origem animal está presente em média 80% das unidades familiares, seguida pela produção de leite e derivados com 67% (Figura 4). O ramo da comercialização dos produtores de origem animal é realizado em grande maioria de forma convencional. Para Soares, Cavalcante e Junior (2007) para serem considerados produtos agroecológicos, o manejo de pastagens e plantações, do rebanho, das instalações, a alimentação e o tratamento sanitário devem atender os procedimentos técnicos para produção animal em agricultura orgânica/agroecológica descritos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Figura 4: Grupo de produtos comercializados, produzidos dentro da propriedade dos agricultores agroecológicos do município de Aratiba/RS



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os principais problemas dos agricultores no município em produzir animais e derivados de forma agroecológica são a dificuldade em se adequar à legislação, a fiscalização, aporte dos insumos necessários para alimentação e o controle de doenças dos animais, já que nem todos os produtos utilizados na agricultura são obtidos dentro da unidade de produção.

Segundo a legislação, a certificação de determinado produto dentro da unidade de produção, serve para determinar que o rótulo de orgânico é somente válido para a produção certificada, já que em muitas unidades a conversão de sistema não atingiu os 100% e ainda existe produção convencional paralela, sendo portanto, a produção certificada e não a unidade em um todo.

Segundo Silva, Reichert et al., (2016) a agricultura familiar é umas das grandes responsáveis pela produção de leite no país. Para os autores, na perspectiva da produção sustentável de produtos de origem animal está relacionado diretamente com a manutenção de pastagens no campo e o planejamento da oferta de alimento aos animais o ano todo.

O município de Aratiba é caracterizado pela pecuária de corte e leite. Pode-se ressaltar que a presença dos animais nas unidades de produção é um efeito cultural, desde o surgimento das civilizações os animais sempre serviram como moeda de troca por mercadorias e produtos, e acabaram se tornando com o tempo a atividade principal da propriedade, sendo comercializado em escala.

Segundo Neto e Basso (2005) para os produtores de leite, o maior problema enfrentado é a pressão que as grandes indústrias lácteas impõem sobre os mesmos, sendo que, se a produção for baixa o agricultor é excluído do sistema. Para os entrevistados a comercialização do leite em um sistema agroecológico não é fácil perante as diversas dificuldades encontradas. A primeira delas é que não existe empresa especializada para a compra do produto no município e as empresas convencionais não pagam bonificação por este produto diferenciado; o manejo ecológico do rebanho se torna difícil, ao tempo em que ocorrem muitas enfermidades; a oferta de alimento é escassa nos períodos de estiagem, sendo necessária a complementação no cocho; dificuldade em de se encontrar rações livres de produtos transgênicos. Para os agricultores, a comercialização do leite em um sistema agroecológico seria o desenho ideal para a unidade de produção, porém, com tantas dificuldades, a venda do produto para empresas convencionais é uma forma de complementar a renda fora dos princípios agroecológicos.

Como as unidades de produção não possuem lugar para o beneficiamento, somente um resfriador para recebimento do leite, alguns agricultores vendem o leite “*in natura*” na cidade (entrega a domicilio), ou também fazem queijos, que segundo eles tem boa aceitação no mercado e proporciona maior rentabilidade. No entanto estes produtos não são legalizados para comercialização, sob efeito da lei em caso de denuncia para vigilância sanitária.

Segundo Conceição et al., (2012) a falta de uma agroindústria é um fator limitante para agregação de valores aos produtos agroecológicos oriundos das propriedades. Outro caso semelhante ao leite é a cana de açúcar e seus derivados e a mandioca que aparecem em 27%, e a produção de mel que está presente em 14% das unidades como produtos produzidos

agroecologicamente, não possuindo nenhum processo de industrialização, sendo produzidos de forma artesanal e vendidos “*in natura*” sem nenhum tipo de selo e ilegalmente².

Mesmo não sendo considerada pelos agricultores como uma atividade agroecológica, a geração de madeira e derivados oriundos de reflorestamento está presente em média em 47% das unidades de produção. Estas áreas são compostas de eucalipto, pinus e outras espécies nativas, que foram ou serão comercializadas futuramente. O fato do grande número de propriedades com esta atividade está ligado ao grande incentivo do município em meados dos anos 2000 para a implantação de culturas de extração de madeira, pensando na preservação da mata nativa.

No município o plantio de eucalipto e de pinus é realizado de forma solteira, ou seja, prática da monocultura em sua maioria, sem interação com outros elementos, não se encaixando dentro do modelo agroecológico, pensando na ótica de uma agrofloresta, ou um sistema silvipastoril. Foi possível observar que em uma das propriedades entrevistadas existe uma agrofloresta consorciando árvores nativas com a produção de laranja.

Para Santos (2007) o nível de complexidade da agrofloresta alcançada pelo sistema produtivo talvez seja a característica de maior destaque do modelo de agricultura ecológica, os manejos de ocupação da área superam o cultivo de uma, duas, ou três colheitas no ano agrícola, são sucessões de colheitas realizadas também em diferentes andares da agrofloresta.

A produção de cereais está presente em 40% das unidades de produção familiar entrevistada (Figura 4), encontrando-se em maior relevância nas propriedades com produção não certificada, estando o feijão como principal produto produzido. Segundo Kokuszka (2005) aponta que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de feijão, sendo produzido principalmente pela agricultura familiar, possuindo ampla diversidade e adaptabilidade as diversas regiões, e merecendo destaque pela importância na alimentação humana.

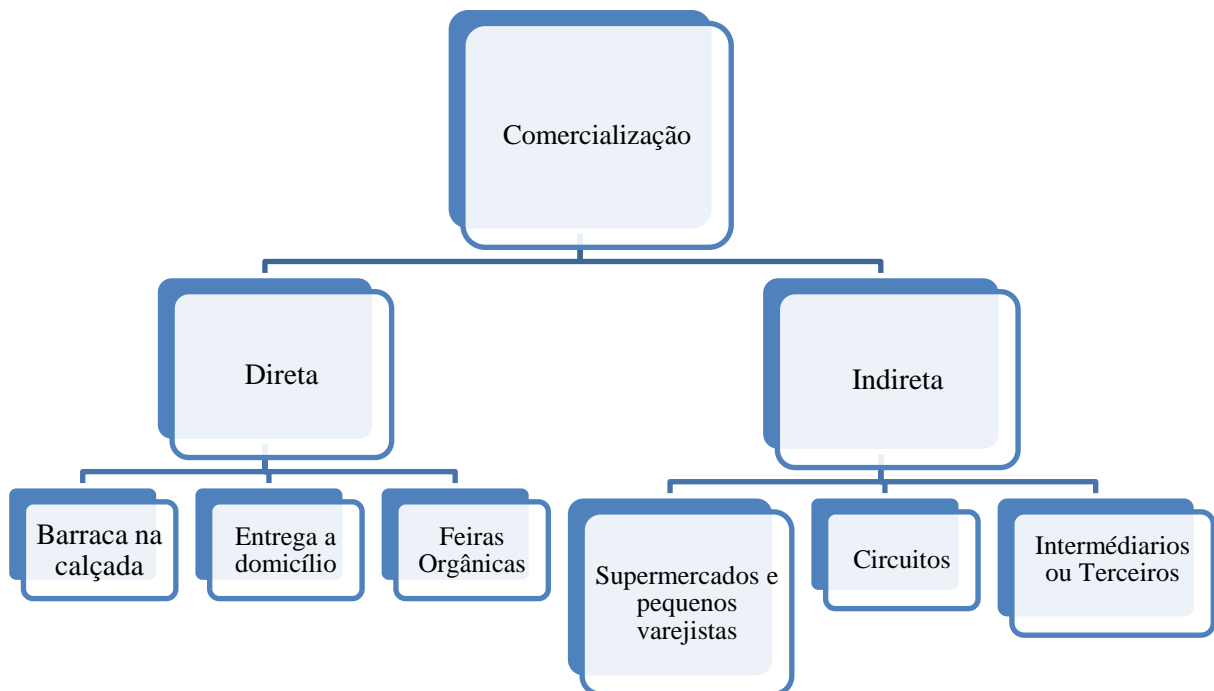
Para Campanhola e Valarini (2001) a produção de cereais como milho, feijão, arroz, entre outros, é viável dentro da pequena propriedade quando a produção é em pequena escala e a comercialização diretamente com o consumidor. Porém, quando a demanda do produto é maior, o agricultor necessita de maior quantidade, exigindo que o produtor se especialize em produzir apenas um produto, ou muitas vezes os pequenos agricultores associem-se entre si para incrementar a diversidade destes produtos ofertados.

²A comercialização dos produtos deve estar de acordo com o Decreto 6.323 de 27 de Dezembro de 2007 que regulamenta a Lei nº 10.831 de 23 de Dezembro de 2003 que dispõem sobre produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos orgânicos.

A produção de olerícolas esta presente em 34% das unidades de produção familiar, sendo mais produzidas pelos agricultores não certificados. Peculiarmente o mercado para a produção de olerícolas é menos difundido no município de Aratiba, sendo que se tratando de Agroecologia a produção de hortaliças deveria ser maior. Para Storch et al., (2004) a produção de espécies olerícolas vai de encontro à demanda do mercado existente em cada região, podendo diferir a preferência de produtos dos consumidores. Outra explicação para o fato da baixa produção de olerícolas no município é a razão de que a população urbana tem hábitos de possuir uma horta nos fundos das casas, produzindo assim para seu próprio consumo, diminuindo a demanda do mercado.

Quanto aos meios em que é realizada a comercialização, existem duas maneiras de se realizar: a venda direta e a venda indireta (Figura 5). A forma como é realizada a comercialização difere conforme os produtos que o agricultor produz dentro da unidade de produção familiar. Os agricultores com produção certificada do município de Aratiba utilizam a forma indireta, colocando seus produtos no Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia, já os produtores que não possuem produção certificada acabam fazendo as duas formas de comercialização, indiretamente para pequenos varejistas e diretamente com o consumidor entregando em domicílio.

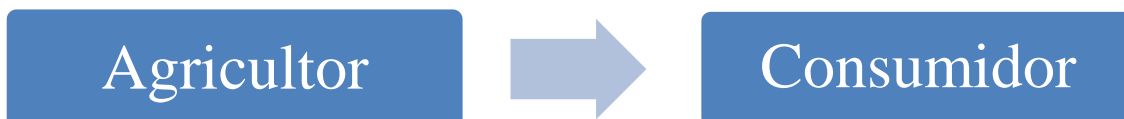
Figura 5: Principais meios de comercialização de produtos agroecológicos



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A comercialização realizada de forma direta é baseada no contato pessoal entre o agricultor e o consumidor (Figura 6), fora de um estabelecimento fixo. Geralmente este tipo de comercialização oferece algumas vantagens para ambos envolvidos. E, entretanto o agricultor sofre um grande risco, dependendo do produto, de perder sua produção caso não consiga vendê-la toda no mesmo dia.

Figura 6: Fluxograma da comercialização direta.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A comercialização direta pode se dar através de feiras, entregas em domicílio de cestas com *mix* de produtos da estação ou a venda feita diretamente na própria propriedade do produtor, entretanto não é habitual. Foi constatado que no município de Aratiba a comercialização direta de produtos agroecológicos pelos agricultores não certificados, é realizada principalmente pela forma de entrega em domicílio, já que não há feiras orgânicas e nem venda em barracas nas calçadas da cidade.

Para Souza (2008) as feiras orgânicas são um retrato da Agroecologia, na qual os próprios agricultores se organizam e gerenciam o local, ofertando uma vasta diversidade de produtos para os consumidores. Ainda segundo a autora é possível desenvolver outros tipos de vendas no mesmo espaço, tais como roupas, brinquedos, artigos de decoração, doces, comidas caseiras, flores, além dos produtos agroecológicos que tem o enfoque maior.

Segundo Caldas e Anjos (2017) este modelo de comercialização não exige a certificação dos produtos orgânicos. Entretanto, é necessário que o produtor esteja vinculado a uma Organização de Controle Social (OCS) e que a venda seja realizada pelo produtor ou membro da família que tenha participado do processo de produção, permitindo este, prestar qualquer esclarecimento do produto para o consumidor.

Um dos grandes problemas de quem não consegue comercializar em escala e regularidade é a questão de algumas vezes o mercado não absorver os produtos agroecológicos, ou mesmo não tendo um mercado específico para produtos orgânicos/agroecológicos, e o produtor ser obrigado a vender sua produção como convencional para não perdê-la.

O município de Aratiba possui uma fruteira e um mercado da agricultura familiar que absorvem alguns produtos agroecológicos. Entretanto, os outros mercados varejistas compram

seus produtos como frutas e verduras vindas de fora do município, por conta de possuírem um preço mais baixo em relação aos produtos agroecológicos. Este fato acaba agravando a situação de quem depende da venda dos produtos agroecológicos para a sobrevivência, e estreita o leque de opções de venda, sendo necessário baixar o preço para conseguir competir com o varejo.

Na comercialização indireta a venda pode ocorrer via supermercados, atacado, circuitos ou distribuidoras independentes (Figura 7). Para comercialização de produtos agroecológicos nesses pontos de venda é necessária a certificação, pois reduz a assimetria de informação entre produto e consumidor.

Figura 7: Fluxograma da comercialização indireta.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Para este mercado específico os agricultores agroecológicos com a produção certificada possuem grandes vantagens. Normalmente o preço pago pelos produtos chega ser duas vezes maior que os produtos convencionais semelhantes, e o preço permanece constante durante todo ano, não há sobras de produtos, portanto não sofre perdas.

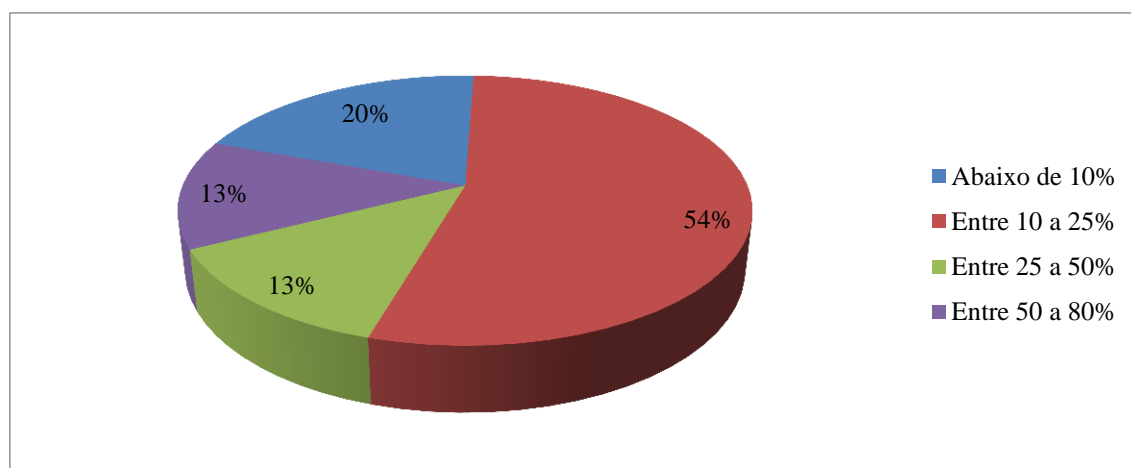
Os agricultores com produção certificada de Aratiba integram o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Segundo Magnanti (2008) o Circuito possui três importantes princípios: 1) Para integrar o Circuito, os produtos devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar, sendo produzidos em sistemas diversificados que assegurem alto nível de auto abastecimento alimentar; 2) As organizações que vendem no Circuito devem também comprar produtos de outras organizações, para garantir o intercâmbio de produtos entre as regiões; 3) Avaliação periódica dos critérios para a formação dos preços, considerando todas as etapas do processo produtivo, garantindo que o trabalho das famílias agricultoras seja justamente remunerado e que, ao mesmo tempo, os produtos sejam acessíveis aos consumidores.

Para Darolt (2013) as propriedades que comercializam para este tipo de mercado tendem a se especializar em um determinado sistema de produção (fruticultura, olericultura, leite, ovos, queijo, etc.), como é o caso do município de Aratiba, que tem predominantemente a fruticultura como principal atividade agroecológica. O autor ressalta que quanto mais

atividades desenvolvidas dentro da unidade de produção, o planejamento produtivo se torna mais complexo.

Quando perguntados sobre o incremento que a venda dos produtos agroecológicos impacta sobre a renda familiar anualmente, 54% dos entrevistados responderam que a renda obtida através da comercialização impacta entre 10 a 25% do orçamento da família, para 20% dos produtores o incremento é abaixo de 10%, já para 13% dos entrevistados o montante arrecadado com a venda ajuda entre 25 a 50% nas finanças da família, e os outros 13% dos agricultores responderam que a venda arrecada de 50 a 80% no orçamento anual (Figura 8).

Figura 8: Renda obtida com a comercialização dos produtos agroecológicos no conjunto do orçamento familiar anual



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No estudo de Storch et al., (2004) observaram que o acréscimo da renda obtida através da comercialização dos produtos agroecológicos não são suficientes para o sustento da família, sendo necessário manter outras atividades paralelas. Entretanto o fato socioeconômico está ligado à estrutura fundiária e não ao sistema de produção. Souza (2008) teve uma estimativa que os produtores agroecológicos que comercializavam seus produtos em feiras orgânicas conseguiam em média obter de um a três salários mínimos por mês com a venda dos produtos.

Ao serem questionados se o preço dos produtos agroecológicos é mais elevado que dos convencionais, obteve 100% das respostas positivas. As justificativas variaram de cada caso da unidade de produção, a mais frequente alegou que para se produzir um alimento livre de agrotóxicos se necessita maior mão de obra, seguida pelo fato de alguns apontarem que a produtividade é menor neste tipo de sistema agroecológico.

Segundo Barbosa et al., (2011) o volume produzido de alimentos agroecológicos é suficiente para apenas um determinado número de pessoas, desta forma ocorrendo uma supervalorização do produto no mercado consumidor, ficando muitas vezes restrito a pessoas de alta renda.

Na pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira – Meio Ambiente, que trata de questões ambientais, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo IBOPE divulgada em dezembro de 2010, mostrou que a maioria do consumidor brasileiro está disposta a pagar mais caro por um produto que não polui o meio ambiente. Concordaram com esta afirmativa 68% do universo pesquisado, enquanto 24% se mostraram contrários à ideia. Essa tendência foi verificada mesmo entre a população com baixa renda familiar. (IPD, 2011).

Para Silva (2014) os altos custos dos produtos orgânicos, a baixa procura e as restrições na oferta, são fatores determinantes para a ausência de um mercado efetivo de produtos agroecológicos. Para os consumidores as dificuldades de estabelecer vínculos de consumo duradouros com alimentos agroecológicos estão ligadas a divulgação da promoção da saúde e bem estar com práticas alimentares saudáveis, e principalmente ao fator econômico que impede que muitos não possam adquirir produtos agroecológicos.

Segundo Altieri e Nicholls (2003) a produção orgânica e agroecológica são crescentes em todo o mundo, entretanto é necessário muito cuidado ao analisar este mercado. Para o autor os novos agricultores que estão entrando neste modelo de produção podem estar deixando de seguir os princípios da Agroecologia e partindo de um pressuposto típico da agricultura convencional, que é incorporar sistemas de alta produção e financeiro.

Ainda segundo Altieri e Nicholls (2003) a demanda de produtos agroecológicos é crescente, entretanto, a produção parece estar destinada a população do mundo industrializado, com pequena contribuição para a segurança alimentar dos países mais pobres. O autor afirma que um dos grandes problemas enfrentados da comercialização é que a distribuição dos produtos orgânicos esta sendo feita pelas mesmas corporações multinacionais que dominam o mercado convencional, desta forma, o grande desafio da Agroecologia não está ligada a produtividade, qualidade e regularidade fornecida, mas de que forma está sendo comercializada a produção, para que os produtos estejam disponíveis a todos os consumidores por um preço acessível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a produção e a comercialização de produtos agroecológicos no município de Aratiba/RS. Foram entrevistadas 15 famílias de agricultores familiares com propriedades na base agroecológica, identificando caminhos e tendências da comercialização destes produtos.

A pesquisa a campo constatou que a principal atividade agroecológica desenvolvida pelos produtores no município de Aratiba é a fruticultura, sendo a laranja o principal produto comercializado. Mas há também grande diversidade de outros produtos agrícolas com potencial para venda.

Verificou-se que ainda ocorrem muitos problemas relacionados à produção, desde a implantação até a comercialização dos produtos, ficando evidente que a falta de mão de obra é um fator preponderante do processo de produção, sendo determinante na perspectiva de sucessão familiar dentro das unidades agrícolas.

Percebeu-se que os agricultores agroecológicos com produção não certificada realizam a venda de seus produtos principalmente entregando em domicílio, caracterizando um mercado que as relações são baseadas na confiança. No entanto, estes possuem maior dificuldade em comercializar, necessitando algumas vezes lidar com eventuais perdas por não conseguirem vender determinado produto no mesmo dia da colheita, ou acabar vendendo o produto como convencional por não possuírem mercado local que absorva a produção.

Um fator importante para abrir novos caminhos para a comercialização destes agricultores é estarem vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS) e estas estarem devidamente cadastrados no MAPA, podendo vender diretamente em feiras livres e até mesmo para mercados institucionais do Governo Federal.

Já os agricultores agroecológicos com produção certificada conseguem colocar mais facilmente seus produtos no mercado, via o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Para os agricultores a lógica do Circuito funciona muito bem, pois elimina o fato de tramitar a venda com o mercado consumidor, ficando esta responsabilidade sob a organização dos Núcleos do Circuito. Assim o agricultor possui maior tempo para se dedicar a produção, evitando o desgaste com deslocamento e o tempo para realizar a comercialização.

Porém o Circuito privilegia principalmente os produtores já inseridos no sistema, sendo que os novos agricultores necessitam se adequar algumas normas, principalmente relacionadas ao planejamento da produção, produzindo produtos específicos e com tempo de

colheita escalonada para não haver um excedente de determinado produto em determinada época e ocorrer falta de outros em certo período de tempo. O Circuito funciona com a oferta em regularidade e quantidade necessária.

E necessário entender que por se tratar de um município pequeno e praticamente metade da população viver no meio rural, o consumo de produtos agroecológicos é pouco difundido, não possuindo mercado local específico para este tipo de alimento. Para o crescimento deste sistema na cidade é necessário da intervenção da administração do município, fornecendo apoio e incentivo à produção e organizar os agricultores para criar uma feira agroecológica, com a participação de produtores devidamente cadastrados ou certificados.

Para o aumento do consumo destes alimentos livres de quaisquer contaminantes por parte da população, é necessário também campanhas de conscientização e incentivo. O diálogo com os pequenos varejistas para colocar alguns produtos agroecológicos dentro de seus estabelecimentos, também pode ser uma forma de garantir que a produção dos agricultores do município seja comercializada, garantido a renda para o agricultor.

Aliado a esta pesquisa dos agricultores é necessário uma pesquisa com consumidores para se avaliar a demanda de mercado local e preferências, e saber até que faixa de preço os produtos estão acessíveis a população para pagar por um produto diferenciado sem agrotóxicos. É importante que o agricultor aja dentro da lei, produzindo da forma correta, ofertando alimentos de alta qualidade e procedência garantida, sendo pertinente que este produto tenha um preço justo e acessível para os consumidores.

Há possibilidades da Agroecologia no município de Aratiba caminhar para um futuro próspero, sendo bem difundida e apreciada em propriedades da agricultura familiar, resgatando valores e princípios para conviver em harmonia com a natureza, promovendo práticas agroecológicas para um futuro sustentável, sendo uma alternativa viável de produção e geração de renda e fator para manter o agricultor no campo.

Concluindo, sabe-se que o mercado de produtos agroecológicos vem crescendo a cada ano, e as formas de comercialização e inserção dos produtos agroecológicos também estão ganhando importância, atendendo a nichos de mercado cada vez mais específicos e segmentados, desta maneira os agricultores podem comercializar a produção nos diferentes canais, que atendam as diferentes classes da população. A tendência é que os agricultores interessados neste sistema busquem a certificação da produção agroecológica, utilizando-se desta ferramenta para ganhar competitividade nos mercados existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-55.
- ALMEIDA, R. A. et al. Desenvolvimento e avaliação de uma semeadora adubadora à tração animal. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 32, p. 81-87, 2002.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: AS-PTA, 2002.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5°. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3°. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I. Agroecologia resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência e Ambiente**. Santa Maria, v.27,p.141-152, Outubro 2003.
- BARBOSA, S. D. C. et al. Perfil do consumidor e oscilações de preços de produtos agroecológicos. **Pesq. Agropec. Trop**, Goiânia, v. 41, p. 602-609, Outubro- Dezembro 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 17 Outubro 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm>. Acesso em: 21 Novembro 2017.
- BUCHWEITZ, S. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003.
- BURG, I. C.; MAYER, P. H. **Manual de alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças**. 5. ed. Francisco Beltrão: Grafitec, 1999.
- CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Agricultura familiar e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, p. 167-175, 2017.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, p. 69-101, setembro-dezembro 2001.
- CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: [s.n.], 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: [s.n.], 2004.

CONCEIÇÃO, C. A. et al. Caracterização do perfil produtivo dos assentados pertencentes ao grupo de olericultura agroecológica do Assentamento 72, em Ladário-MS. **Cadernos de Agroecologia**, Ladário, v. 7, Dezembro 2012.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. D.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-171.

FEIDEN, A.; BORSATO, A.V. Como eu faço para mudar para sistemas agroecológicos?. **Embrapa Pantanal**, Corúmba, 2011.

FERREIRA, A.; CARVAJAL, F.; WIZNIESKY, J. Produtos agroecológicos no mercado público do município de Santa Rosa-RS: análise da comercialização. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, Dezembro 2011.

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. K. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, p. 95-105, Fevereiro 2010.

FONSECA, M. F. A. C. **Cenário da produção e da comercialização dos alimentos orgânicos**. Juíz de Fora: Embrapa Gado e Leite, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em Agricultura Sustentável. 3°. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

IBD, I. -. Instituto Biodinâmico - IBD. **Instituto Biodinâmico - IBD**, 2002. Disponível em: <<http://ibd.com.br/pt/Default.aspx>>. Acesso em: 19 Outubro 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. ISSN 0103-6157. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 17 Outubro 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/aratiba/panorama>>. Acesso em: 13 Outubro 2017.

IPD. Instituto de Promoção e Desenvolvimento. **O mercado brasileiro de produtos orgânicos**. Curitiba, 2011.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KOKUSZKA, R. Avaliação do teor nutricional de feijão e milho cultivados em sistemas de produção convencional e agroecológico na região centro-sul do Paraná, Curitiba, 2005. 113.

MAGNANTI, N. J. Circuito sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Agriculturas**, v. V, p. 26-29, Junho 2008.

- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 3 Novembro 2017.
- MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. **Comercialização de Produtos Agrícolas**. São Paulo: Edusp, 1993.
- MEDEIROS, M.; MARQUES, F.C. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, M.A.; NIEDERLE, P.A.; TRICHES, R.M.; MARQUES, F.C.; SCHULTZ, G. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Ed. Via Sapiens, Porto Alegre, 2013. p. 114-132.
- MÜLLER, A. L. **A construção de políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. UFRGS. Porto Alegre, p. 132. 2007.
- MUÑOZ, C. M. G. et al. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 54, Abril- Junho 2016.
- NETO, B.S.; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, p. 53-72, janeiro - junho 2005.
- NEUMANN, P. S. O processo de produção agrícola e a preservação dos ecossistemas. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria - RS, p. 51-62, janeiro - julho 1993.
- NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. E. **Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.
- NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. D.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.
- OLIVEIRA, P. H. G. A. D. et al. Levantamento de Propriedades Agroecológicas nos municípios de Triunfo-PE e Santa Cruz da Baixa Verde-PE. **XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX**, Recife, 09-13 Dezembro 2013.
- PASCHOAL, A. D. **Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI**. 1º. ed. Piracicaba: [s.n.], 1994.
- PORTO, V. H. D. F. **Agricultura familiar na zona sul Rio Grande do Sul: caracterização socioeconômica**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2002.
- PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico do Solo**. 9. ed. São Paulo: Nobel, 1987.
- ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. III, p. 56 - 63, Janeiro - Abril 2011.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, A. C. D. A agrofloresta agroecológica: um momento de síntese da agroecologia, uma agricultura que cuida do meio ambiente. **Departamento de Estudo Sócio-econômicos Rurais**, 2007.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 94-140.

SILVA, J. L. S. D. et al. Forrageiras para produção de leite a pasto. In: WOLFF, L. F. **Alternativas para diversificação da Agricultura Familiar de base ecológica**. Pelotas : Embrapa Clima Temperado, 2016. p. 43-50.

SILVA, M. E. D. **Agroecologia, produtos orgânicos**: Perfil dos consumidores em Macapá-AP. Universidade Federal do Amapá. Macapá, p. 47. 2014.

SOARES, J. P. G.; CAVALCANTE, A. C. R.; JUNIOR, E. V. H. Agroecologia e sistemas de produção orgânica para pequenos ruminantes. **Embrapa Caprinos**, São Paulo , 2007.

SOUZA, N. D. O. **Agricultura Familiar**: Caracterização dos agricultores que comercializam seus produtos na feira de sábado à Avenida Santa Rita, Viçosa- MG. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa - MG, p. 17. 2008.

STORCH, G. et al. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. X, p. 357-362, Julho 2004.

UFFS. **Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Universidade Federal da Fronteira Sul; Simone Padilha (Coord.). - Chapecó, 2014.

VOGT, S. P. C. **A construção social do mercado institucional de alimentos**: Estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região de Celeiro - RS. UFSM. Santa Maria , p. 170. 2009.

ANEXOS

ANÁLISE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

Nome: _____

Localidade: _____

Data: ___/___/_____

1. Tamanho e divisão da área (ha): Área Total: _____

Produção Agroecológica: _____

Produção Convencional: _____

Mata Nativa: _____

Reflorestamento: _____

Pastagens: _____

Outros: _____

2. Tempo de produção agroecológica:

Menos de 1 ano

De 1 a 2 anos

De 2 a 5 anos

Mais de 5 anos

3. Grupo de produtos comercializados, produzidos dentro da propriedade:

Hortaliças: _____

Frutas: _____

Cereais e derivados: _____

Pães, bolos e bolachas

Açúcares

Leite e derivados

Mel e derivados

Madeira e derivados

Bebidas e sucos

Industrializados

Artesanais

Ervas medicinais

Produto de origem animal

Outros: _____

4. Quais os principais meios para a comercialização:

De forma Direta:

Feiras

Barraca na calçada

Entrega a domicílio

Na própria propriedade

Outro: _____

De forma Indireta

- Supermercados
- Pequenos varejistas
- Circuitos, quais ? _____
- Intermediários ou terceiros
- Outro: _____

5. Possui certificação orgânica para comercialização:

- Certificação Auditoria
- Certificação Participativa
- Não possuo
- Já possuí e não tenho mais
- Pretendo possuir
- Vinculado a uma Organização de Controle Social (OCS)

6. A renda obtida a partir da venda dos produtos no orçamento familiar:

- Abaixo de 10%
- Entre 10 e 25%
- Entre 25 a 50%
- Entre 50 a 80%
- Acima de 80%

7. Quais as razões para se produzir e comercializar produtos agroecológicos:

- Demanda de mercado
- Aumentar a renda
- Não utilização de agrotóxicos, porque? _____
- Saúde
- Sustentabilidade
- Atrair novos consumidores
- Filosofia de vida
- Pois tem produção própria
- Outras: _____

8. Quais os principais dificuldades e problemas enfrentados para a produção e a comercialização:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

9. Os preços dos produtos orgânicos estão mais altos que os preços dos produtos convencionais? Porquê?

- Sim
 - Não
-